

Terminologia, neologia e normalização: como tratar os empréstimos neológicos¹

Résumé: Le but central de ce travail est d'énoncer quelques principes orienteurs de la tâche de normalisation d'emprunts néologiques dans les langues de spécialité. Dans ce document, nous ne traiterons que des principes de nature linguistique. A notre connaissance, le portugais européen ne dispose pas encore d'un relevé de ces types de principes, ce qui justifie pleinement ce travail. Ainsi, cette première tentative de classement pour le portugais a comme tâche principale la mise en place des bases pour une discussion plus informée sur l'intégration des emprunts néologiques dans notre langue.

Resumen: El principal objetivo de este texto es enunciar algunos principios que orienten la normalización de la incorporación de préstamos neológicos en los vocabularios de especialidad. En este documento restringiremos nuestras consideraciones a aspectos de naturaleza lingüística. Que sepamos, tales principios no han sido enumerados explícitamente para el portugués europeo, hecho que es justificación suficiente para la realización del trabajo. Dado el carácter pionero de la tentativa, nuestra principal intención es lanzar las bases para una discusión más profunda de la integración de préstamos neológicos a nuestra lengua.

1. Introdução

O principal objectivo deste trabalho é enunciar alguns princípios orientadores da tarefa de normalização de empréstimos neológicos nas linguagens de especialidade. Restringir-nos-emos, neste documento, a aspectos de natureza linguística. Tanto quanto nos é dado saber, a recensão destes princípios não foi até hoje explicitamente realizada para o português europeu, facto que constitui justificação suficiente para a realização deste trabalho. Dado o pioneirismo desta tentativa para o português, a nossa principal intenção é apenas lançar as bases para uma discussão mais esclarecida sobre a integração de empréstimos neológicos na nossa língua.

No âmbito deste trabalho, entende-se que os termos são, antes de mais, unidades lexicais que assumem significados específicos quando usadas em discurso especializado, significados esses que lhes permitem denominar conceitos científicos e técnicos. Mais se entende que, para que uma unidade denomine um determinado conceito, ela deve ser

¹ Agradeço a leitura atenta de versões prévias deste trabalho, bem como as críticas e sugestões de Ana Mineiro, Rita Gonçalves, Maria Doria e Mafalda Antunes. No entanto, apenas eu sou responsável por quaisquer erros ou omissões presentes neste artigo.

portadora de um tipo de significado estrutural e/ou referencial que lhe permita essa capacidade denominativa.

1.1. Breve enquadramento do problema

No mundo globalizado em que vivemos, o contacto de línguas é um facto incontornável. Uma das manifestações desse contacto é o fenómeno de transferência de unidades lexicais de uma língua para outra. Se é certo que essa transferência é significativa no que respeita às unidades da língua corrente, não é menos certo que, ao nível das linguagens de especialidade, o contexto político e económico mundial, no quadro da globalização, é responsável pela transferência de inúmeros termos técnicos de línguas faladas em estados de maior poderio económico e, conseqüentemente, científico e tecnológico, para línguas de estados menos poderosos. Dada a posição ocupada actualmente por Portugal e pelos países lusófonos no contexto internacional, a entrada de empréstimos, particularmente da língua inglesa, no português, tal como na maioria das línguas românicas, é, nos dias que correm, portanto, inevitável.

As terminologias das diversas áreas científicas, sobretudo daquelas foram fruto de desenvolvimento mais recente, apresentam, portanto, geralmente um elevado número de empréstimos, adaptados ou não ao sistema do português.

1.2. A sociedade portuguesa e a integração dos empréstimos

A discussão sobre a integração de empréstimos no português é, a par da discussão das questões ortográficas, uma das mais acesas discussões em Portugal, levada a cabo, frequentemente, de forma inflamada, pouco reflectida e cientificamente pouco informada, como ficou bem evidenciado quando da publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, vulgarmente conhecido como o “Dicionário da Academia”, em 2001, que procedeu à introdução na nomenclatura de inúmeros empréstimos, propondo em muitos casos o seu aportuguesamento ou o seu decalque. Carecemos, portanto, de uma discussão serena e informada, razão pela qual organizámos, com Ana Mineiro, uma mesa-redonda sobre o assunto durante o *XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* e por que saudamos a inclusão deste tema no número especial do *Terminómetro* dedicado a Portugal e aos países de língua oficial portuguesa.

Não havendo entidades normalizadoras com funcionamento efectivo em Portugal, a integração de empréstimos ocorre por via do uso, de forma lenta e não planificada, levando

frequentemente ao aparecimento de incongruências linguísticas evitáveis num contexto de vigília neológica.

1.3. O terminólogo e os empréstimos neológicos

Se o fenómeno de importação de termos não constitui *per se* um dano, a verdade é que a sua entrada maciça numa determinada língua pode conduzir a uma descaracterização da mesma, inibindo a sua capacidade criativa e conduzindo à sua subalternização enquanto língua de comunicação científica e tecnológica e enquanto língua de comunicação internacional. Por outro lado, cada língua possui a capacidade e os mecanismos necessários à construção de neologismos passíveis de denominarem os conceitos que vão surgindo na sociedade, pelo que a entrada maciça de empréstimos numa língua é não apenas perniciosa, como claramente não constitui uma inevitabilidade. Por isso, defendemos que a entrada de empréstimos nas linguagens de especialidade na língua portuguesa, deve ser controlada e supervisionada, não apenas pelos especialistas de cada domínio de experiência, mas também por terminólogos com formação linguística, levada a cabo de acordo com critérios que definiremos adiante.² Procuramos, no entanto, ter uma posição equilibrada a respeito dos empréstimos no sentido em que, se, por um lado, não defendemos a rejeição automática de todo e qualquer empréstimo, por outro, também não defendemos a sua aceitação acrítica.

É entendimento desta equipa de trabalho que qualquer trabalho terminológico deverá constituir um trabalho de parceria entre o terminólogo propriamente dito e o especialista do domínio em apreço. Desse modo, o tratamento final a dar aos empréstimos terminológicos resultará sempre da negociação entre todos os intervenientes no trabalho terminológico. Aceita-se como normal que, em determinados domínios de especialidade, (muitos d)os empréstimos possam vir a ser integrados sem adaptação ao português por opção dos profissionais que neles trabalham, com base no carácter restrito que assume o uso dessas terminologias, ou no grau de instalação dos empréstimos nessas áreas, ou no carácter internacional que as respectivas terminologias assumem, ou, ainda, com base em outras razões consideradas válidas. É o caso de domínios de experiência como o bailado e a música clássica, ou o judo e o karaté.

² Do mesmo modo, defendemos que a entrada e integração de empréstimos na língua corrente, particularmente dos que permanecem na língua, deve também ser supervisionada.

Os critérios que devem presidir à integração de empréstimos neológicos em língua portuguesa definidos neste artigo são unicamente critérios de natureza linguística. Excluem-se, no entanto, deste estudo algumas das facetas envolvidas na integração de empréstimos numa língua, tais como a sua adaptação fonológica (acento, supressão, substituição e/ou reorganização de segmentos)³ ou a sua adaptação morfológica (determinação do género e/ou do número do empréstimo), aspectos igualmente interessantes, mas que não foi possível desenvolver neste trabalho.

A presente enumeração dos procedimentos a adoptar constitui, então, uma primeira tentativa de sistematização de algumas opções que têm vindo a ser tomadas no âmbito da actividade da Associação de Informação Terminológica (AiT), particularmente no trabalho desenvolvido no âmbito do *Dicionário de Termos do Comércio Electrónico*, em fase de revisão,⁴ e no âmbito das pesquisas terminológicas pontuais para satisfazer pedidos de utentes. O presente artigo não deve, então, ser entendido como um trabalho de síntese, mas antes como uma primeira abordagem, sujeita a desenvolvimentos e ajustamentos em trabalhos posteriores.

2. Orientações a seguir na tarefa de normalização de empréstimos neológicos

Enumerar-se-ão em seguida alguns dos princípios gerais a seguir na normalização de empréstimos. Cada uma das situações descritas será ilustrada com exemplos concretos, que podem ou não ser neológicos à data de elaboração deste trabalho.

2.1. Empréstimos desnecessários

Deverão ser liminarmente recusados os empréstimos desnecessários por denominarem o mesmo conceito que é denominado por uma palavra em uso em português. Exs.: *impressora* equivale a *printer*; *mistura* equivale a *mixagem* (do francês *mixage*); *classificação* ou *cotação* equivalem a *ranking*; *estabilizador* equivale a *aileron*; *actualização* equivale a *update*; *tempo parcial* e *tempo integral* equivalem, respectivamente, a *part-time* e *full-time*.

³ Freitas, Ramilo & Soalheiro 2003 constitui um trabalho a nosso ver pioneiro sobre a integração fonológica dos empréstimos.

⁴ Para uma apresentação das opções tomadas no âmbito deste trabalho, cf. Antunes, M. & Maria Doria 2004.

2.2. Empréstimos já consagrados pelo uso

Após ter verificado a inexistência de termo em português para a denominação do conceito em causa, verificar-se-á, num primeiro momento, se o empréstimo se encontra já registado, com ou sem adaptações em dicionários gerais de língua, significando que se trata de um empréstimo terminológico já consagrado pelo uso e até vulgarizado. Neste caso, o empréstimo será adoptado, mantendo a sua forma dicionarizada, quer ela apresente ou não adaptações ao português, dado se considerar de reduzida eficácia a intervenção nestes casos. Exs.: *software e hardware; offshore; marketing; pool*.

Porém, se a forma dicionarizada for considerada inconveniente por se tratar de um empréstimo desnecessário (*showroom* por *salão de exposições*, *share* por *quota de audiências*), por a sua adaptação ortográfica ser insuficiente ou incorrecta (*icebergue* por *iceberg*, *stresse* por *stress*, *media* por *media*⁵), ou por a forma dicionarizada não respeitar a estrutura das unidades lexicais da língua (*consumerismo* por *consumerism*, *pedestrianismo* por *pedestrianism*), o terminólogo deverá propor formas alternativas que respeitam os princípios definidos neste trabalho. Temos consciência, porém, das fracas possibilidades de êxito nestas circunstâncias.

2.3. Empréstimos que não sofrerão adaptação ao português

Todos os empréstimos adoptados serão alvo de intervenção, excepto aqueles que se incluem nos seguintes casos:

- se se tratar de xenismos, i.e., realidades próprias de determinada cultura não existentes fora dela – exs.: *kamikaze, kefir, sushi*;
- termos que provenham de nomes de marcas registadas – *post-it, bodypump, bodycombat, moviola*;
- termos que provenham de antropónimos – *alzheimer, henry, joule, kelvin, newton, watt*;⁶
- cultismos internacionais, tais como *rock and roll, ballet, jazz, blues, hip hop*.⁷

⁵ A forma adaptada, de acordo com as regras ortográficas do português europeu, deverá ser *média*, com acento gráfico na primeira sílaba, e não *media*, como registado em Casteleiro (dir.) 2001.

⁶ Derivados de nomes próprios por sufixação deverão manter a sua base inalterada. Exs.: *parkinsonismo, reaganiano, hegelianismo*.

⁷ Ao serem integrados na língua corrente, termos deste tipo sofrem, normalmente, adaptações: *piza* por *pizza*; *quimono* por *kimono*; *jipe* por *Jeep*; *macadame* por *Mac Adam*.

Embora o seu uso em discurso científico seja limitado, importa referir, ainda, que não se preconiza qualquer intervenção ao nível de modismos discursivos, tais como: *à la carte*, *last but not least*, *off the record*, etc.

2.4. Empréstimos construídos com recurso a unidades não-autónomas de significado lexical

Os empréstimos construídos com recurso a raízes gregas e latinas, também conhecidos na gramática tradicional como compostos por temas ou compostos eruditos, deverão ser integrados, procedendo apenas à sua adaptação ortográfica, de acordo, de resto, com aquilo que é preconizado pelas normas internacionais. Esta opção justifica-se pelo facto de os termos assim construídos exibirem não apenas raízes monossémicas (os arqueoconstituintes) que constituem um património comum a um número significativo de línguas ocidentais, mas também uma estrutura comum, o que os torna transparentes e facilita a sua compreensão em contexto interlinguístico por constituírem internacionalismos. Exs.: *bioética*, *gerontologia*, *imuno-hemoterapia*, *imunoelectroforese*.

Ao longo do século XX, foram surgindo novas unidades não-autónomas de significado lexical, denominadas pseudoprefixos ou prefixóides, ou mais recentemente fractoconstituintes por resultarem da truncação de termos mais longos. Estes fractoconstituintes intervêm na construção de termos compostos que obedecem ao mesmo padrão dos compostos por temas (modificador + núcleo), tais como *euro-* (de *européu*, em *eurodeputados*, *Europarlamento*, *eurogabinetes*), *eco-* (de *ecologia*, em *ecoponto*, *ecoproduto*, *ecoturismo*) ou *foto-* (de *fotografia*, em *fotomontagem*, *fotorreportagem*, *fotointerpretação*). Nestes casos, dada a transparência destas estruturas e o seu funcionamento como internacionalismos, recomenda-se a sua adopção com adaptações à ortografia do português. De resto, é bem sabido o papel positivo que os internacionalismos podem desempenhar na comunicação interlinguística.⁸

2.5. Adaptação dos empréstimos neológicos ao sistema linguístico português

Serão adoptados os empréstimos que forem considerados imprescindíveis para a denominação de um conceito que não seja denominado por nenhuma unidade lexical em língua portuguesa, sendo, porém, alvo de intervenção sempre que considerado necessário.

⁸ Atente-se, por exemplo, no esforço que tem sido feito para criar termos com estruturas comuns a várias línguas no âmbito da neologia criada na União Europeia.

2.5.1. Princípios que regem a intervenção sobre os empréstimos

A intervenção sobre os empréstimos traduzir-se-á na criação de um neologismo semântico ou formal, cuja criação esteja de acordo com alguns princípios orientadores, a saber:

- a) a transparência da denominação;
- b) o respeito pela estrutura da língua de acolhimento;
- c) as probabilidades de acolhimento do termo proposto;
- d) a adequação ao vocabulário da especialidade em causa;
- e) a capacidade de constituir base de paradigmas derivacionais e/ou composicionais;
- f) a frequência de uso do termo.

Consideramos que a transparência dos termos deve ser um dos objectivos a alcançar por qualquer intervenção terminológica, dado que a transparência da denominação contribui não apenas para uma melhor percepção do conceito a que está associado, mas, em consequência, contribui para um mais fácil processamento dessa informação e seu armazenamento na memória lexical. É, então, a busca da transparência dos termos que guiará a maioria dos procedimentos que a seguir apresentaremos.

A transparência dos termos decorre, como é sabido, do respeito pela estrutura das unidades lexicais da língua que acolhe um empréstimo, pelo que defendemos que a intervenção sobre os empréstimos neológicos deve ser assistida por especialistas em língua portuguesa que sejam conhecedores profundos da estrutura morfológica e morfossintáctica das suas unidades lexicais.

Porém, se a conformidade à língua portuguesa é um dos principais critérios a ter em conta, não pode ser esquecida a ponderação da viabilidade de aceitabilidade da proposta de integração de empréstimos pelo público.

A intervenção sobre os empréstimos a adoptar deverá ser regida pela consideração das principais características morfológicas e/ou morfossintácticas do vocabulário especializado em que cada empréstimo vai ser integrado, isto é, entende-se que o vocabulário de qualquer especialidade deve ser tanto quanto possível harmonioso, apresentando os seus termos padrões morfológicos e/ou morfossintácticos comuns.

Na selecção da forma do neologismo a adoptar, deverá também ser tida em conta a possibilidade de ele servir de base a paradigmas derivacionais e/ou composicionais, isto é,

de ser a base da construção de famílias de palavras que contribuirão decisivamente para a harmonia do vocabulário de uma dada especialidade.

Por fim, a frequência de uso de um empréstimo tido como desnecessário ou inadequado é um dos factores que mais podem dificultar a implantação de propostas neológicas que venham a ser feitas. Exemplos destas dificuldades foram as tentativas goradas de implantar neologismos como *suporte lógico* ou *suporte físico* para *software* e *hardware*, respectivamente, e *leitor óptico* para *scanner*.

2.5.2. Procedimentos a adotar na adaptação dos empréstimos

Serão alvo de intervenção, no sentido de os adaptar ao português, os empréstimos neológicos tidos como imprescindíveis que não se incluam em nenhum dos casos anteriormente tratados. A sua adaptação consistirá na criação de neologismos de significado e também de neologismos de forma, ou apenas, em casos residuais, na mera adaptação ortográfica dos empréstimos.

2.5.2.1. Criação de neologismos de significado

A criação de um neologismo de significado, pode consistir, quando visto de outra perspectiva, ou no decalque semântico do empréstimo ou, menos frequentemente, na procura de um termo já existente em português que, sem constituir um decalque semântico estrito, seja passível de denominar o conceito veiculado pelo empréstimo em apreço. A opção pela criação de um neologismo semântico, quando possível, é benéfica, na medida em que, por um lado, previne a entrada de uma nova forma no léxico, frequentemente desnecessária e com risco de não ser conforme à estrutura da língua; por outro lado, o decalque tem como consequência a polissemização da palavra que constituirá o decalque. Ora, a polissemia é precisamente uma das características das unidades lexicais que mais contribui para a economia dos sistemas linguísticos.

Um decalque semântico consiste na tradução literal do empréstimo; porém, o decalque apenas será eficaz se os mecanismos semânticos que se encontram na origem da atribuição de um novo significado a uma palavra previamente existente (metáforas, metonímias, extensões e restrições de significado) forem transparentes para os falantes da língua que acolhe o empréstimo. Exemplos de decalques bem sucedidos são termos como *rato*, por *mouse*; *teclado* para *keyboard*; *rede* por *web*; *disco rígido* por *hard disk*; *loja-âncora* por *anchor store*; *centro comercial* por *shopping centre*.

Mas, como já foi referido, não é apenas o decalque semântico que, no caso dos empréstimos, pode estar na origem da criação de um neologismo semântico. A sua criação pode resultar de se verificar existir uma palavra em uso em português que, mesmo não denominando até ao momento em causa o conceito associado ao empréstimo, reúna as condições semânticas para a sua denominação. É o caso de *capacitação* por *empowerment*. O recurso a este processo é, tal como o decalque semântico e pelas mesmas razões, acima apontadas, aconselhável.

2.5.2.2. Criação de neologismos de forma

Caso a criação de um neologismo semântico não seja possível, proceder-se-á à criação de um neologismo de forma, que deverá, em qualquer caso, respeitar as regras de construção de palavras em português.

Frequentemente, nesta situação, o neologismo construído resulta da adaptação de uma denominação também ela construída na língua de origem, total ou parcialmente analisável em português.

Se o empréstimo for totalmente transparente em português, a sua adaptação poderá não levantar problemas de maior, resumindo-se quase a uma adaptação ortográfica do termo de origem. A conformidade destes termos à estrutura do português é de tal ordem que muitos deles não são sequer sentidos como empréstimos mas como palavras efectivamente construídas nesta língua. Exs.: *globalização*, *neoliberalismo*, *cinofilização*, *depressividade*, *contratualização*, *facilitismo*.

Alguns empréstimos construídos têm uma estrutura que é apenas parcialmente interpretável em português, porque, sendo derivados, a sua base denomina um conceito que não tem denominação própria em português. Nestes casos, a adaptação consiste, frequentemente, na mera substituição do afixo interveniente na sua construção por sufixo equivalente em português. É o caso de *dopagem* por *dopping* ou por *dopage*, ou, ainda, de *bricolagem* por *bricolage*.

No entanto, se o empréstimo for apenas parcialmente transparente em português, será necessário cuidado redobrado na sua adaptação para prevenir a criação de estruturas agramaticais em português. É o caso de *consumerism*, que deu origem à forma já registada em dicionários gerais de língua **consumerismo*, quando a forma portuguesa deveria ser *consumidorismo*, forma gramatical e conseqüentemente transparente. *Consumidorismo* é construído sobre a base derivada *consumidor* (e não **consumer-*).

O mesmo ocorre com o termo da genética **heritabilidade*, resultante da integração sem intervenção linguística do termo inglês *heritability*. O termo **heritabilidade* é totalmente opaco em português, podendo ser-se tentado a propor, para o substituir, a sua réplica morfológica *herdabilidade*.⁹ Esta proposta, porém, apesar de gramatical, levanta algumas questões a carecerem de ponderação, porque o uso de *herdável*, sua base de derivação, é raro nesta língua, sendo em vez dele usado o adjetivo *hereditário*, que constitui a base de derivação de *hereditariedade*. Deverá, então, verificar-se até que ponto o termo *hereditariedade*, amplamente usado, é passível de denominar o conceito associado a *heritability* / **heritabilidade*.

Em casos como os de **consumerismo* ou **heritabilidade*, apesar da dicionarização do primeiro, preconiza-se uma intervenção junto dos especialistas das áreas, junto dos profissionais que fazem uso da língua e junto dos próprios lexicógrafos generalistas.

Mas os termos importados construídos não se limitam a termos derivados. No último decénio um novo conjunto de empréstimos ingleses foi surgindo em português, tais como *e-commerce*, *e-business*, *e-market* ou *e-client*. A adaptação destes compostos poderá suscitar algumas dúvidas, dada a dificuldade de classificação do elemento *e-*, resultante da truncção de *electronic*, por ser constituído apenas por um segmento fonético.¹⁰ Propõe-se que constituintes do tipo de *e-* sejam considerados fractoconstituintes de facto e que, em consequência, os neologismos construídos em português para substituir estes termos, apresentem a estrutura modificador + núcleo. Exs.: *e-comércio*, *e-negócios*, *e-empresa* ou *e-cliente*.

Na construção de neologismos passíveis de substituir empréstimos, poderá recorrer-se também à construção de sintagmas com condições de se lexicalizarem. É o caso de *contrato de franquia* para o inglês *franchise* ou *franchising*, *tira publicitária* para o inglês *banner*, de *prancha à vela* para *windsurf*, de *computador portátil* ou *portátil* para *laptop*, ou, ainda, de *ambiente de trabalho* para *desktop*. O recurso à construção de compostos sintagmáticos é, à partida, interessante, dado que estes compostos são, geralmente, transparentes. No entanto, coloca alguns problemas, na medida em que um dos factores que mais beneficia a aceitação de uma proposta neológica é, precisamente, a sua concisão. Caso se recorra a este processo para a construção de neologismos é necessário, portanto, assegurar que os sintagmas propostos apresentam dimensões viáveis.

⁹ Apenas registámos uma ocorrência desta denominação em páginas portuguesas de Internet (consulta realizada a 12 de Setembro de 2004).

¹⁰ Note-se que a maioria dos fractoconstituintes, tratados em 2.4., é bissilábica.

As siglas e os acrónimos merecem algumas considerações especiais. Se a sigla ou o acrónimo constituir uma marca registada, não sofrerá quaisquer adaptações, no âmbito do proposto em 2.3. Caso contrário, procurar-se-á criar uma sigla ou um acrónimo que corresponda à denominação adaptada do conceito em causa, como ocorreu nos casos seguintes: foi criado o acrónimo *SOGA* (*salto / saltador operacional de grande altitude*) para substituir *HALO* (*high altitude low opening*), no âmbito do pára-quedismo militar; adoptou-se e adaptou-se a denominação francesa *síndrome de imunodeficiência adquirida*, com a sua sigla correspondente, *sida*, denominação corrente da doença¹¹; por fim, a denominação inglesa *Information Technology and Communication*, com a sua sigla correspondente *ITC*, foi decalcada, dando origem a *Tecnologias da Informação e Comunicação* e ao acrónimo *TIC*, perfeitamente integrado. Sempre que possível, a opção por uma forma acronímica (forma abreviada conforme à estrutura silábica da língua) é preferível, por mais facilmente servir de base à construção de derivados.

A entrada de amálgamas na terminologia em língua portuguesa, que acreditamos ser um fenómeno recente mas já com alguma expressão, merecerá estudos mais aprofundados, dado o fenómeno de construção de amálgamas nunca ter sido alvo, tanto quanto sabemos, de estudo sistemático. No entanto, provisoriamente, preconizamos que, após ter sido considerada um empréstimo necessário, se optará pela adopção de uma amálgama se ela for transparente em português, com as devidas adaptações. É o caso de *blogosfera* (do inglês *blogosphere*) ou de *webliografia* (do inglês *webliography*).

2.5.2.3. Adaptação ortográfica dos empréstimos

Caso nenhuma das possibilidades de adaptação dos empréstimos anteriormente enunciadas for viável, recorrer-se-á, então, à adaptação ortográfica dos termos, como nos casos de *cartune* (pelo inglês *cartoon*), *carte* (pelo inglês *kart*), *blogue* (pelo amálgama inglesa *blog*). A adaptação ortográfica terá em conta, por um lado, o respeito pelas normas ortográficas do português e, por outro, a adequação à realização fonética dos empréstimos em português europeu. A conjugação destes dois factores, poderá em alguns casos levantar alguns problemas.

Quando os termos apresentam uma fonética e uma ortografia totalmente alógenas relativamente às características da língua portuguesa, a adaptação ortográfica pode redundar na criação de uma forma completamente irreconhecível. É o caso de formas como

¹¹ O mesmo não aconteceu no Brasil, onde a denominação corrente da doença é *aids*, empréstimo do inglês.

ketchup ou *software*, completamente consagradas pelo uso e dicionarizadas, que não se prestam a adaptação ortográfica. Nestes casos, os empréstimos manterão a sua forma original.

3. Conclusões

Tal como foi já afirmado, o presente trabalho não pretendeu esgotar o tema da integração dos empréstimos neológicos, mas tão-só lançar as bases para uma discussão séria deste tema. Poderíamos ter optado por seguir de perto listas de critérios de integração ou rejeição de empréstimos já elaboradas para outras línguas românicas, nomeadamente, o catalão e o francês do Quebeque. Embora tenhamos tido em atenção o trabalho que foi feito para essas línguas para a elaboração do presente artigo e embora acreditemos nos benefícios que podem advir de certa uniformidade de critérios em relação às línguas românicas, entendemos que, em última instância, os critérios a adoptar nesta questão dependem da sociedade falante da língua em questão.

De resto, entendemos que na normalização de empréstimos em português deverão ser tidas em conta, sempre que possível, propostas de normalização já elaboradas em outras línguas românicas por centros com larga experiência neste tipo de actividade, como é o caso do Termcat na Catalunha, ou do Office québécois de la langue française.

Temos a consciência de termos deixado de fora muitos aspectos importantes desta questão. Porém, como também já dissemos, não damos este trabalho como concluído e pretendemos aprofundar o estudo deste tema, nomeadamente no âmbito do serviço prestado na AiT e da investigação desenvolvida no ILTEC.

Acreditamos ter dado um contributo importante para o arranque da discussão.

4. Referências

- Antunes, M. & M. Doria. The *Dicionário de termos do comércio electrónico* / Dictionary of e-commerce terms (DTCE): conception and methodological options. In: *Actes de GLAT-Barcelona*. Barcelona: ENST Bretagne, Universitat Politècnica de Catalunya e IULA-UPF : 433-442.
- Casteleiro, J. Malaca (dir.) 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo.

Publicado na revista *Terminómetro*, número especial: A terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África, 2005, pp. 15-20
(versão entregue para publicação)

Consell Supervisor del Termcat 1990. Manlleus i calcs lingüístics en els treballs de terminologia catalana. *Criteris lingüístics per a la terminologia 1*. Barcelona: Termcat: 5-12.

Freitas, Tiago, Maria Celeste Ramilo & Elisabete Soalheiro. O processo de integração dos estrangeirismos no português europeu. In *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL: 371-386.

Loubier, Christiane 2003. *Les emprunts: traitement en situation d'aménagement linguistique*. Col. Langues et Sociétés, n.º 41. Quebeque : Office québécois de la langue française.

s/a 2004. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 1 vol. Porto: Porto Editora.